RELAÇÕES ENTRE ESTADO E MOVIMENTOS DE DIREITO DAS MULHERES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BOLÍVIA, BRASIL, CABO VERDE E MOÇAMBIQUE

Mariana Reis Santos [1], Clarisse Goulart Paradis [2]

RESUMO

O projeto de pesquisa tem como proposta analisar qual é o vínculo entre movimentos de direitos das mulheres e as instituições estatais no sul global, além de explorar de que forma essas articulações tem impactado na construção e atuação dos Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs) em quatro países - Brasil, Bolívia, Cabo Verde e Moçambique. Os MIMs são órgãos governamentais que tem como função reforçar os direitos e status das mulheres, além de promover a igualdade e a justiça de gênero. A comparação entre os quatro países em questão faz com que seja necessária uma análise das questões históricas, sociais, culturais e econômicas, levando em consideração o problema do colonialismo e das desigualdades interseccionais. Durante a pesquisa, foi realizado um mapeamento da literatura sobre feminismo e política no Sul Global, com o objetivo de compreender a trajetória dos estudos sobre movimentos feministas, quais suas interlocuções com o Estado e como eles provocaram mudanças no meio político, social e cultural. Também realizamos uma comparação das Constituições de cada país, com o intuito de investigar os direitos e deveres das mulheres e começamos a desenvolver uma análise dos planos de igualdade de gênero de Cabo Verde e Moçambique para verificar de que forma o executivo federal e os movimentos de mulheres atuam. Por fim, fizemos um mapeamento dos movimentos e organizações de mulheres para a elaboração de um questionário a ser aplicado com as atrizes e os atores chaves dos quatro países pesquisados. Todas as tarefas executadas tiveram o intuito de perceber se o Estado incorpora em suas agendas as questões levantadas pelos movimentos e organizações, além de verificar qual é a relação entre ambos.

Palavras-chave:

Feminismo. Mecanismo Institucional de Mulheres. África. América Latina. Política.

[1] Unilab, IHL MALÊS , Discente, e-mail: rsmaari@hotmail.com
[2] Unilab, IHL MALÊS, Docente, e-mail: clarisseparadis@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Os movimentos feministas surgiram entre o século XIX e XX, sendo ele narrado a partir da divisão em ondas. Eles possuem suma importância para a observação e análise do comportamento opressivo direcionado às mulheres, o qual foi historicamente naturalizadas pelo patriarcado. Esses movimentos ajudaram a perceber como o Estado é estruturado, de que forma a sua não neutralidade atua para perpetuar e transformar as desigualdades e a hierarquia de gênero.

Os movimentos feministas inicialmente viam as mulheres como se fossem todas iguais e tivessem os mesmos problemas em relação a estrutura patriarcal. A partir da terceira onda do feminismo, outros pontos de vista contra hegemônico começaram a serem ouvidos e propagados, onde as mulheres não brancas expõem as suas individualidades. De acordo com RIBEIRO (2017), a linguagem funciona como um mecanismo de manutenção de poder, sendo necessário que as minorias políticas tomem posse destes lugares de fala e começarem a expor as suas especificidades, ao invés destes serem tomados por outros autores e atrizes que tentam silencia-las ao expor uma hegemonia de pensamento. Este víeis do feminismo branco ocidental está muito presente nas abordagens acadêmicas que falam sobre o Sul Global.

Segundo PARADIS (2013), as produções acadêmicas que giram em torno da relação do Estado e dos movimentos feministas incorreram em uma dicotomia dentro/fora - as feministas que estão dentro dos espaços de poder acabam tendendo a agir de acordo com a perspectiva do governo atuante e as feministas que estão fora desses espaços de poder não possuem recursos necessários, além de também não poderem tomar decisões que modifiquem a estrutura dominante.

Faz-se importante analisar os movimentos sociais de mulheres, já que os conflitos sociais são sinônimo de força e resistência diante do Estado e a sua estrutura excludente, pois atuam procurando quebrar as ideologias dominantes, que só visam o silenciamento das ditas minorias. De acordo com TOURAINE (1983), a sociedade da era pós-industrial rompe com o sagrado e o tradicional, pois os conflitos sociais destas passam a atuar em questões reservadas ao sagrado: família, educação e relações sexuais. As questões de gênero estão presentes nessas pautas que antes eram vistas como naturalizadas e inalteráveis pelo meio social, cultural, econômico e político.

Segundo TOURAINE (1983), a ideia de que os movimentos sociais necessitam estar atrelados a partidos políticos é enfraquecida, processo que fez com que estes tivessem uma maior autonomia. Em Moçambique e Cabo Verde, os movimentos das mulheres durante o período da independência e após eram articulados com os partidos políticos, os quais pregavam a igualdade entre as mulheres, porém nos espaços de poder, estas praticamente não possuíam acesso. De acordo com MAMA (1997), as movimentações de mulheres africanas durante o sistema monopartidário se manifestavam através da ação individual em relação a práticas naturalizadas como a mutilação genital e o casamento prematuro.

As demandas dos movimentos sociais são enquadradas como minorias, pois as pessoas que os compõem estão em minoria política, como é o caso dos movimentos sociais de mulheres. Os conflitos sociais agem em todas as esferas, não sendo possível a sua separação, marginalização. A interseccionalidade está sendo mais discutida na atualidade e hoje sabe-se que a luta social não está apenas relacionada ao lado econômico, ou seja, ao problema da classe, e sim a um misto de fatores que se relacionam causando as desigualdades sociais.

Os quatro países escolhidos - Bolívia, Brasil, Cabo Verde e Moçambique -, além de fazerem parte do Sul Global, eles possuem um passado histórico em comum: a colonização e militarização, eventos este que ressignificaram e modificaram as estruturas que os compõe. Pensar nesses países sem analisar a questão

da interseccionalidade seria impossível, pois os fatores econômico, patriarcal e colonialista interferem em como estas sociedades foram criadas e geram profundas desigualdades sociais, as quais compõem a estrutura destes lugares, onde há a concentração de riqueza na mão de alguns poucos enquanto que detrimento da maioria.

No Brasil e na Bolívia, há uma pluralidade multiétnica extremamente visível, a qual causada pelos processos coloniais, que foram violentos e mortíferos, principalmente com os corpos das mulheres não brancas. Segundo DAVIS (2016), as mulheres negras não possuíam lugar de tratamento como seres humanas e nem tinham lugar de gênero durante o processo colonial, só ocupavam este espaço quando a violência sexual lhes eram impostas pelos homens como punição, sejam eles escravizados ou senhores. Na África, de acordo com GOMES (2011), antes da colonização, havia sociedades que possuíam estruturas diversas, dentre elas estavam o matriarcado, onde o conceito de família e as mulheres eram colocadas como pilares da economia continental. Já CASIMIRO (2014), questiona sobre a romantização da ideia do matriarcado, em que a mulher é colocada como decoração nas historiografias que retratam a África. O patriarcado foi inserido nestes lugares devido ao contexto colonial, onde a mulher é vista como alguém subalterno em comparação ao homem, e, ao adicionar o fator raça e classe, a hierarquia de gênero sofre profundas modificações, pois estes marcadores alteram a forma como as relações são construídas, tendo a mulher branca mais privilégios do que a mulher negra.

Os Mecanismo Institucionais de Mulheres, de acordo com PARADIS (2013), foram introduzidos nos países após longos processos de discussões em conferências organizadas no mundo nos anos 70, sendo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), em Beijing, responsável por introduzir estes órgãos nos países, porém, no início, estes órgãos eram frágeis. Fez-se necessária a inserção do pensamento transversal nos MIMs, pois eles necessitavam dialogar com outras áreas políticas no que tange a inserção de gênero. Eles são órgãos governamentais que têm como função promover a igualdade de gênero, podendo ter ou não status de ministério.

No Brasil, os MIMs foram introduzidos em meio a redemocratização do Estado nos anos 80, sendo os movimentos das mulheres influentes neste processo. Na América Latina e no Brasil, houve o descentramento do feminismo na região, o qual possibilitou dar o lugar da fala a culturas, meios sociais e políticas que se diferiam do hegemônico, além da institucionalização das organizações feministas e também da profissionalização destas. Na África, este processo se deu devido a mudança do modelo de organização do Estado, o qual passou a ser multipartidário a partir dos anos 90, causando mudanças no que tange ao crescimento das organizações de mulheres. Mas politicamente isto não representou a perda de domínio dos partidos que atuavam durante o sistema monopartidário sobre Moçambique e Cabo Verde, mas de certa forma os enfraqueceu. O aumento dos movimentos sociais de mulheres também passou a ter influências externas como a alfabetização das mulheres e a expansão da internet. A mudança do modelo em que as organizações se formavam, se desvinculando do Estado resultou em uma maior autonomia dos mesmos, fazendo com que estes pudessem ter as suas próprias pautas sem as interferências dos interesses partidários. Esse processo histórico demonstra o quão complexo é a relação entre Estado e as organizações sociais.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida para a elaboração deste projeto de pesquisa foi o método comparativo. De acordo com SCHNEIDER e SCHIMITT (1998), este método é capaz de criar leis que expliquem os meios sociais em sociedades distantes no que diz respeito ao seu tempo e espaço ou sociedade síncronas, que possuam processos sociais específicos, através do momento analógico, o qual busca similaridades, e o momento constrastivo, que, por sua vez, analisa as diferenças existentes.

A seleção dos objetos de estudo são feitas a partir da escolha de lugares que possuam algo em comum para ser comparado, mas que também possuam suas especificidades. Os países Bolívia, Brasil, Cabo Verde e Moçambique foram selecionados para esta pesquisa por pertencerem ao Sul Global, possuírem movimentos sociais de mulheres e Mecanismos Institucionais de Mulheres, mas que têm características diferentes. É importante ressaltar que as democracias destes países são jovens, estão em constante processo de mudanças e possuem discrepâncias sociais em sua estrutura. Além de também possuírem em comum o passado colonial, o qual tornou estas sociedades multiculturais e multiétnicas, e militarista.

O passado colonial interliga estas sociedades, porém também há diferenças em como estes países foram configurados a este processo histórico e como eles reagiram a isto em relação as suas lutas anticoloniais e nacionalistas.

A fase inicial da pesquisa se deu a partir da análise bibliográfica, a qual tinha como objetivo realizar o mapeamento das produções do Sul Global sobre feminismo e política no Brasil, Bolívia, Moçambique e Cabo Verde em duas bibliotecas eletrônicas (Scyelo e Redalyc) para que pudéssemos elaborar um banco de dados. Este foi utilizado e complementado ao longo da pesquisa para que compreendêssemos o processo histórico em que ocorreu a criação desses órgãos e quais foram os atores e atrizes responsáveis.

Os Mecanismos Institucionais de Mulheres foram mapeados, com suporte e auxílio da Prof.ª Dra. Clarisse Paradis, através do banco de dados e do inventário de artigos produzidos, além da pesquisa em fontes jornalísticas e sites oficiais dos governos na Bolívia, Brasil, Cabo Verde e Moçambique.

O mapeamento dos movimentos sociais de mulheres dos países pesquisados foi realizado através dos dados primários e secundários, nos documentos oficiais dos governos, além de outras fontes como redes sociais, sites de organizações sociais e fontes jornalísticas. Com os dados obtidos, foram elaboradas planilhas para Cabo Verde e Moçambique.

A análise das Constituições dos países pesquisados foi realizada para entendermos quais eram os direitos e deveres que as mulheres possuem nestes países. A partir disto, foi feito um estudo comparativo em alguns encontros da pesquisa, onde realizamos as organizações dos mesmos em categorias, para que pudéssemos analisar as semelhanças e diferenças entre estes países.

Foi realizada a mesma abordagem no que diz respeito a análise dos Planos e Igualdade de Gênero de Cabo Verde e Moçambique, sendo pesquisada a relação entre o Estado e os movimentos sociais de mulheres.

A partir de todos os dados obtidos, elaborados e discutidos durante a pesquisa, foi construído um questionário com o auxílio da Prof.ª Dra. Clarisse Paradis para que pudéssemos aplicar de modo virtual com as atrizes e autores chaves de acordo com os países pesquisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este projeto de pesquisa utiliza o método comparativo para analisar a relação entre o Estado e as organizações e/ou movimentos sociais de mulheres em quatro países pertencentes do Sul Global. Esse tipo de metodologia é de suma importância para a ciência política, tendo contribuído positivamente para a formação científica das bolsistas de humanidades e ciências sociais através de discussões, do pensamento crítico, de análises, da interdisciplinaridade e da interseccionalidade.

Relacionar o feminismo, um movimento que foi dividido em ondas de acordo com o meio acadêmico, com a política, no que diz respeito aos estudos sobre o Estado, instituições e representação política, possibilitou as bolsistas uma análise interseccional e interdisciplinar. Esta proposta se conecta com a proposta pedagógica da Unilab, afinal, o projeto de pesquisa desenvolveu um estudo científico, crítico e comparativo entre três países (Brasil, Cabo Verde e Moçambique) que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Bolívia, sendo os quatro países sendo pertencentes ao Sul Global.

A pesquisa atingiu o resultado esperado no que tange as habilidades cientificas desenvolvidas pelas bolsistas e possibilitou um aprofundamento sobre África, comparando-o com a nossa realidade brasileira e latino-americana. Além de também haver um aprofundamento no que tange a relação entre o Estado e os movimentos feministas nos países pesquisados.

CONCLUSÕES

Ao longo do processo da pesquisa, percebemos que a relação entre o Estado e os movimentos feministas no Sul Global, especificamente em relação a Bolívia, Brasil, Cabo Verde e Moçambique, é um processo heterogêneo no que diz respeito a distribuição de recursos. Devido a estes países compartilharem um processo histórico semelhante, as consequências da colonização, do militarismo e do patriarcalismo são perceptíveis no que diz respeito às organizações governamentais, suas agendas de gênero e suas constituições.

Durante a pesquisa bibliográfica, percebeu-se que há uma escassez nas produções bibliográficas realizadas no Brasil sobre Moçambique e Cabo Verde em relação questões de política, feminismo e movimentos sociais de gênero, o que gerou dificuldades no que diz respeito ao cronograma da pesquisa.

Ao analisar o processo de criação e implementação dos Mecanismos Institucionais de mulheres entre os anos 70 e 2000, compreendemos que os Mecanismos Institucionais de Mulheres sofrem de profundas instabilidades, pois estes órgãos são os primeiros a sofrerem reajustes e cortes a cada mudança de governo. Ao realizarmos a análise comparativa, detectamos que os MIMs africanos representam no primeiro escalão e recebem maior orçamento quando comparados aos MIMs latino-americanos. Além de também constatarmos que os MIMs do Brasil, Cabo Verde e Moçambique possuem estruturas formais de participação da sociedade civil, ao contrário da Bolívia.

Em relação aos movimentos de mulheres, detectamos que há uma discrepância no que tange o aspecto gênero quando comparamos a Bolívia e o Brasil com Cabo Verde e Moçambique. Os primeiros possuem um maior número de movimentos que tem como agenda especificidade de gênero em relação aos últimos, os quais são bem escassos. Os Planos de Igualdade de gênero desenvolvidos nos países representam um estreitamento da relação entre o Estado e os movimentos sociais de mulheres, pois os requerimentos dos movimentos são colocados como metas nestes planos para que tentem ser implementados no Estado. Em relação a participação dos movimentos nos órgãos governamentais, foi manifestada de modo mais direto na Bolívia e no Brasil, do que em relação a Cabo Verde e Moçambique.

Ao analisarmos as Constituições, percebemos que em todos os países pesquisados havia direitos específicos destinados as mulheres e ao gênero, sendo o único ponto em comum entre todos eles a questão da maternidade. A Bolívia possui um maior número em relação aos direitos para as mulheres, tendo como evidência a questão da paridade de gênero parlamentar, o que configura uma maior participação das mulheres presentes nas estruturas de poder quando comparadas aos outros países. Em contrapartida, Cabo Verde é o país que menos possuí em sua Constituição direitos particulares para as mulheres e as questões de gênero, tendo como temas, a proibição da discriminação por identidade de gênero, direitos no âmbito do trabalho remunerado e maternidade. Em Moçambique, destaca-se a promoção e valorização do papel da mulher na independência, democracia e sociedade, já que as mulheres foram atrizes importantes para a independência do país. No Brasil, os direitos previstos na Constituição estão voltados para o matrimônio heteronormativo, igualdade na titularidade da terra, não obrigatoriedade do serviço militar e no que diz respeito a previdência.

AGRADECIMENTOS

No lugar de bolsista e discente, agradeço a FAPESB e a UNILAB pela oportunidade de ter conseguido uma

bolsa de pesquisa, a qual me possibilitou uma maior segurança no que tange a permanência financeira e a questão da saúde mental, pois esta última também envolve a questão econômica, principalmente por ser uma mulher negra da diáspora africana e estar ocupando um ambiente acadêmico, um espaço que, apesar da Unilab ser um diferencial no país, é majoritariamente branco. Gratidão a Prof.ª Dra. Clarisse Paradis pela confiança, paciência, compreensão, ensinamentos e orientação ao longo destes meses do projeto de pesquisa. Agradeço a discente e bolsista de outro projeto de pesquisa, Maria Leticia Leite, a qual esteve comigo dividindo e compartilhando tarefas ao longo dos encontros de pesquisa com a nossa orientadora em comum, além de também ser um suporte emocional em meio as inseguranças pessoais durante o processo de aprendizado.

REFERÊNCIAS

CASIMIRO, Isabel. A sociedade e o estado em África: a situação da mulher. In: Paz na Terra, Guerra em casa. Pernambuco: Editora UFPE. 2014. P. 131- 167.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016

GOMES, Crispina. A participação política da mulher africana: um enfoque da sua evolução em Cabo Verde desde a independência até ao presente. In: Mulher e Poder: O Caso de Cabo Verde. Pp. 91-158, Praia, 2011

PARADIS, Clarisse. Entre o Estado Patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de ciência política, Ciência política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

TELO, Florita. O PENSAMENTO FEMINISTA AFRICANO E A CARTA DOS PRINCÍPIOS FEMINISTAS PARA AS FEMINISTAS AFRICANAS. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

TOURAINE, Alain. OS NOVOS CONFLITOS SOCIAS: Para evitar mal-entendidos. IN: Le retour de l'acteur. Paris: Fayard, 1983. Tradução de Marli da Cunha Bezerra.